

A ATUAÇÃO DO ENFERMEIRO NO PLANEJAMENTO FAMILIAR NA ATENÇÃO PRIMÁRIA À SAÚDE: revisão da literatura

THE ROLE OF NURSES IN FAMILY PLANNING IN PRIMARY HEALTH CARE: A Literature Review

LA ACTUACIÓN DEL ENFERMERO EN LA PLANIFICACIÓN FAMILIAR EN LA ATENCIÓN PRIMARIA DE SALUD: Revisión de La Literatura

Raissa Cantanhede Camara

Estudante de Enfermagem, Centro Universitário Santa Terezinha - CEST, Brasil

E-mail: raissacantanhede23@gmail.com

Sabrina Furtado Cunha Araújo

Mestre em Enfermagem, Centro Universitário Santa Terezinha - CEST, Brasil

E-mail: sabrina_fcunha@cest.edu.br

Resumo

O planejamento familiar constitui uma importante estratégia de promoção da saúde sexual e reprodutiva no âmbito da Atenção Primária à Saúde (APS), contribuindo para a prevenção de gestações não planejadas, redução de vulnerabilidades e fortalecimento dos direitos reprodutivos. Nesse contexto, o enfermeiro desempenha papel fundamental por meio de ações assistenciais, educativas e preventivas voltadas aos indivíduos, casais e comunidades. O presente estudo teve como objetivo identificar, na literatura científica, a atuação do enfermeiro no planejamento familiar na APS, destacando os principais desafios enfrentados e as estratégias de cuidado utilizadas na promoção da saúde sexual e reprodutiva. Trata-se de uma revisão integrativa da literatura, realizada nas bases de dados SciELO, BVS, LILACS, MEDLINE e BDNF, utilizando os descritores "planejamento familiar", "enfermagem", "atenção primária à saúde" e "saúde reprodutiva", combinados pelos operadores booleanos AND e OR. Foram incluídos artigos publicados entre 2016 e 2026, disponíveis na íntegra e relacionados à temática proposta. Após aplicação dos critérios de inclusão e exclusão, foram selecionados 10 estudos para compor a amostra final. Os resultados evidenciaram que o enfermeiro exerce papel essencial na educação em saúde, orientação contraceptiva, acolhimento e fortalecimento da autonomia dos usuários. Entretanto, também foram identificados desafios como insuficiência de recursos materiais, irregularidade no fornecimento de métodos contraceptivos, baixa adesão masculina, resistência cultural e religiosa, além da carência de capacitação profissional contínua. Conclui-se que a atuação do enfermeiro no planejamento familiar é indispensável para a efetivação do cuidado integral e humanizado na APS, sendo

necesário fortalecer políticas públicas, investimentos em qualificação profissional e ações educativas que promovam maior acesso, autonomia e qualidade da assistência à população.

Palavras-chave: Planejamento familiar. Enfermagem. Atenção Primária à Saúde. Saúde reprodutiva. Educação em saúde.

Abstract

Family planning is an important strategy for promoting sexual and reproductive health within Primary Health Care (PHC), contributing to the prevention of unplanned pregnancies, reduction of vulnerabilities, and strengthening of reproductive rights. In this context, nurses play a fundamental role through care, educational, and preventive actions directed toward individuals, couples, and communities. This study aimed to identify, in scientific literature, the role of nurses in family planning within PHC, highlighting the main challenges faced and the care strategies used in promoting sexual and reproductive health. This is an integrative literature review conducted in the SciELO, VHL, LILACS, MEDLINE, and BDENF databases, using the descriptors “family planning”, “nursing”, “primary health care”, and “reproductive health”, combined with the Boolean operators AND and OR. Articles published between 2016 and 2026, available in full text and related to the proposed theme, were included. After applying the inclusion and exclusion criteria, 10 studies were selected to compose the final sample. The results showed that nurses play an essential role in health education, contraceptive counseling, welcoming practices, and strengthening users’ autonomy. However, challenges were also identified, such as insufficient material resources, irregular supply of contraceptive methods, low male participation, cultural and religious resistance, and lack of continuous professional training. It is concluded that the role of nurses in family planning is indispensable for the effectiveness of comprehensive and humanized care in PHC, requiring stronger public policies, investments in professional qualification, and educational actions that promote greater access, autonomy, and quality of care for the population.

Keywords: Family planning. Nursing. Primary Health Care. Reproductive health. Health education.

Resumen

La planificación familiar constituye una importante estrategia para la promoción de la salud sexual y reproductiva en el ámbito de la Atención Primaria de Salud (APS), contribuyendo a la prevención de embarazos no planificados, la reducción de vulnerabilidades y el fortalecimiento de los derechos reproductivos. En este contexto, el enfermero desempeña un papel fundamental mediante acciones asistenciales, educativas y preventivas dirigidas a individuos, parejas y comunidades. El presente estudio tuvo como objetivo identificar, en la literatura científica, la actuación del enfermero en la planificación familiar en la APS, destacando los principales desafíos enfrentados y las estrategias de atención utilizadas en la promoción de la salud sexual y reproductiva. Se trata de una revisión integradora de la literatura, realizada en las bases de datos SciELO, BVS, LILACS, MEDLINE y BDENF, utilizando los descriptores “planificación familiar”, “enfermería”, “atención primaria de salud” y “salud reproductiva”, combinados mediante los operadores booleanos AND y OR. Se incluyeron artículos publicados entre 2016 y 2026, disponibles en texto completo y relacionados con la temática propuesta. Tras la aplicación de los criterios de inclusión y exclusión, se seleccionaron 10 estudios para componer la muestra final. Los resultados evidenciaron que el enfermero desempeña un papel esencial en la educación para la salud, la orientación anticonceptiva, la acogida y el fortalecimiento de la autonomía de los usuarios. Sin embargo, también se identificaron desafíos como la insuficiencia de recursos materiales, la irregularidad en el suministro de métodos anticonceptivos, la baja participación masculina, la resistencia cultural y religiosa, además de la falta de capacitación

profesional continua. Se concluye que la actuación del enfermero en la planificación familiar es indispensable para la efectividad de una atención integral y humanizada en la APS, siendo necesario fortalecer las políticas públicas, las inversiones en capacitación profesional y las acciones educativas que promuevan un mayor acceso, autonomía y calidad de la atención a la población.

Palabras clave: Planificación familiar; enfermería; atención primaria de salud; salud reproductiva.

1. Introdução

O planejamento familiar constitui-se como um importante componente da atenção à saúde reprodutiva, sendo compreendido como o conjunto de ações que possibilitam aos indivíduos decidir, de forma livre, consciente e responsável, sobre o número de filhos e o intervalo entre as gestações (Sanches; Silva, 2016). Essa prática envolve não apenas a oferta de métodos contraceptivos, mas também ações educativas, acolhimento e orientação em saúde sexual e reprodutiva, promovendo autonomia e qualidade de vida à população (Anjos *et al.*, 2019).

No contexto da saúde pública, o planejamento familiar possui grande relevância por contribuir para a prevenção de gestações não planejadas, redução da mortalidade materna e infantil e diminuição de complicações relacionadas à gravidez (Santos, 2025). Além disso, fortalece o cuidado integral à saúde, permitindo que homens e mulheres tenham acesso à informação e aos serviços necessários para exercer seus direitos reprodutivos de maneira segura e consciente (Ferreira; Rodrigues, 2021). Dessa forma, o planejamento familiar representa uma importante estratégia de promoção da saúde e prevenção de agravos (Nunes, 2022).

Os direitos sexuais e reprodutivos estão diretamente relacionados ao planejamento familiar, uma vez que garantem aos indivíduos o direito de decidir sobre sua vida reprodutiva sem discriminação, coerção ou violência (Conceição, 2021). Nesse sentido, o acesso à informação, aos métodos contraceptivos e ao acompanhamento pelos serviços de saúde torna-se essencial para assegurar a autonomia reprodutiva e a dignidade humana (Marques *et al.*, 2023). Esses direitos são reconhecidos internacionalmente e fortalecidos no Brasil por meio de políticas públicas voltadas à saúde da mulher, do homem e dos adolescentes (Albuquerque, 2024).

A Constituição Federal de 1988 assegura, em seu artigo 226, §7º, o direito ao planejamento familiar, fundamentado nos princípios da dignidade da pessoa humana e da paternidade responsável (Brasil, 1988). Complementando esse dispositivo legal, a Lei nº 9.263/1996 regulamenta o planejamento familiar no Brasil, estabelecendo que cabe ao Estado garantir recursos educacionais e científicos para o exercício desse direito, além de assegurar acesso igualitário aos métodos e técnicas de concepção e contracepção no âmbito do Sistema Único de Saúde (SUS) (Brasil, 1996).

Nesse contexto, o SUS desempenha papel fundamental na efetivação das ações de planejamento familiar, especialmente por meio da Atenção Primária à Saúde (APS), considerada porta de entrada dos serviços de saúde (Chaves *et al.*, 2025). A Política Nacional de Atenção Básica (PNAB) reforça a importância das ações de promoção, prevenção e educação em saúde voltadas à saúde sexual e reprodutiva, garantindo assistência integral e humanizada à população (Brasil, 1986, 2017).

Por estar inserida diretamente no território e próxima à realidade da população, a APS possibilita maior acesso aos serviços de saúde sexual e reprodutiva, promovendo atendimento contínuo, integral e humanizado aos usuários (Marques *et al.*, 2023). Nesse cenário, as unidades básicas de saúde tornam-se espaços estratégicos para o acolhimento, orientação e acompanhamento de indivíduos e casais em relação ao planejamento reprodutivo (França *et al.*, 2023).

Além da assistência clínica, a Atenção Primária desenvolve importantes ações educativas voltadas à promoção da saúde sexual e reprodutiva (Azevedo, 2025). As atividades de educação em saúde, realizadas por meio de palestras, rodas de conversa, consultas individuais e grupos educativos, contribuem para a disseminação de informações sobre contracepção, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), gravidez na adolescência e direitos reprodutivos (Narvaes *et al.*, 2024). Essas ações fortalecem a autonomia dos usuários e favorecem a construção de práticas de autocuidado e prevenção (Lourenço *et al.*, 2022).

Outro aspecto relevante da APS é o vínculo estabelecido entre os profissionais de saúde e a comunidade. A proximidade com as famílias e o acompanhamento contínuo permitem identificar vulnerabilidades, necessidades específicas e fatores socioculturais que influenciam diretamente as decisões relacionadas ao planejamento familiar (Pinheiro *et al.*, 2024). Esse vínculo favorece uma assistência mais acolhedora, baseada na escuta qualificada, no respeito às individualidades e na construção de relações de confiança entre usuários e equipe de saúde (Marques *et al.*, 2023).

Dessa forma, a APS configura-se como elemento essencial para a efetivação das políticas de planejamento familiar no SUS, promovendo acesso aos métodos contraceptivos, educação em saúde e cuidado integral à população (Sanches; Silva, 2016).

A atuação do enfermeiro no contexto do planejamento familiar ultrapassa a simples disponibilização de métodos contraceptivos, abrangendo também ações de acolhimento, escuta qualificada, reconhecimento de situações de vulnerabilidade e promoção do acesso igualitário às informações e aos serviços de saúde (Santos, 2025). Conforme estabelecido pela Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher, os profissionais de enfermagem possuem respaldo para prescrever métodos anticoncepcionais de acordo com protocolos clínicos vigentes, além de desenvolver atividades educativas direcionadas a homens, mulheres e adolescentes (Anjos *et al.*, 2019).

Nesse cenário, a assistência prestada pelo enfermeiro deve contemplar fatores éticos, culturais, religiosos e sociais, assegurando o respeito à autonomia dos indivíduos e incentivando escolhas reprodutivas conscientes e informadas (Marques *et al.*, 2023). A construção do vínculo durante as consultas de enfermagem, associada à escuta ativa, favorece um ambiente de confiança e diálogo, contribuindo para que a seleção do método contraceptivo ocorra de maneira segura (Pinheiro *et al.*, 2024).

Além disso, o enfermeiro desempenha papel relevante na promoção da saúde sexual e na prevenção das infecções sexualmente transmissíveis (ISTs), fortalecendo a integralidade da assistência (Costa *et al.*, 2022).

Adicionalmente, a capacitação contínua dos profissionais de enfermagem, aliada à integração com a equipe multiprofissional, configura-se como um fator indispensável para a efetividade das ações voltadas ao planejamento familiar (Lourenço *et al.*, 2022). Nesse contexto, o domínio técnico associado ao conhecimento das diretrizes e legislações do Ministério da Saúde confere maior segurança à prática profissional, fortalecendo a atuação do enfermeiro como agente fundamental na promoção do cuidado reprodutivo, especialmente entre populações em situação de vulnerabilidade social (Nascimento *et al.*, 2024).

Apesar da importância do planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde, ainda existem desafios que dificultam uma assistência integral e qualificada (Marques *et al.*, 2023). A relevância deste estudo reside na necessidade de compreender, de forma ampla e atualizada, a atuação do enfermeiro no planejamento familiar na APS, bem como os desafios enfrentados por esses profissionais na promoção da saúde sexual e reprodutiva da população. Ao reunir e analisar evidências disponíveis na literatura, pretende-se contribuir para o fortalecimento das práticas de enfermagem, favorecendo uma assistência mais humanizada, qualificada e efetiva no contexto do planejamento familiar.

A escolha do tema justifica-se pela importância das ações de planejamento familiar como estratégia de promoção da saúde pública, prevenção de gestações não planejadas e fortalecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, a atuação do enfermeiro na Atenção Primária à Saúde é fundamental para garantir acesso à informação, métodos contraceptivos e ações educativas, contribuindo diretamente para a autonomia dos usuários e para a redução das vulnerabilidades sociais relacionadas à saúde reprodutiva.

Assim, torna-se relevante aprofundar o conhecimento acerca do papel do enfermeiro nesse contexto, buscando evidenciar como as práticas assistenciais, educativas e humanizadas podem contribuir para a adesão aos métodos contraceptivos, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e melhoria da qualidade de vida da população atendida nos serviços de saúde.

A pesquisa foi guiada pela seguinte questão norteadora: quais são os desafios e estratégias de cuidado relacionados à atuação do enfermeiro no

planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde? Este estudo tem como objetivo identificar, na literatura, a atuação do enfermeiro no planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde, destacando os principais desafios enfrentados e as estratégias de cuidado utilizadas na promoção da saúde sexual e reprodutiva.

2. PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

O presente estudo trata-se de uma revisão integrativa da literatura, método que possibilita reunir, analisar e sintetizar resultados de pesquisas já publicadas, promovendo uma compreensão ampla e sistemática acerca do tema investigado (Dorsa, 2020). A escolha por esse tipo de revisão justifica-se por permitir a integração de estudos com diferentes delineamentos metodológicos, favorecendo uma análise mais abrangente e consistente sobre a atuação do enfermeiro no planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde.

A busca bibliográfica foi realizada nas bases de dados Scientific Electronic Library Online (SciELO), Biblioteca Virtual em Saúde (BVS), Literatura Latino-Americana e do Caribe em Ciências da Saúde (LILACS), Medical Literature Analysis and Retrieval System Online (MEDLINE) e Base de Dados de Enfermagem (BDENF).

Foram utilizados os Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): “planejamento familiar”, “enfermagem”, “atenção primária à saúde”, e “saúde reprodutiva”, combinados entre si pelos operadores booleanos AND e OR, visando ampliar e refinar os resultados encontrados.

Foram estabelecidos como critérios de inclusão: (i) artigos científicos disponíveis na íntegra, publicados entre janeiro de 2016 e dezembro de 2026, garantindo a atualidade das evidências; (ii) estudos redigidos em português, inglês ou espanhol; (iii) publicações que abordassem especificamente a atuação do enfermeiro no planejamento familiar no contexto da Atenção Primária à Saúde; e (iv) estudos que apresentassem relevância para a prática profissional, contribuindo para a promoção da saúde sexual e reprodutiva, educação em saúde e fortalecimento das ações de planejamento familiar.

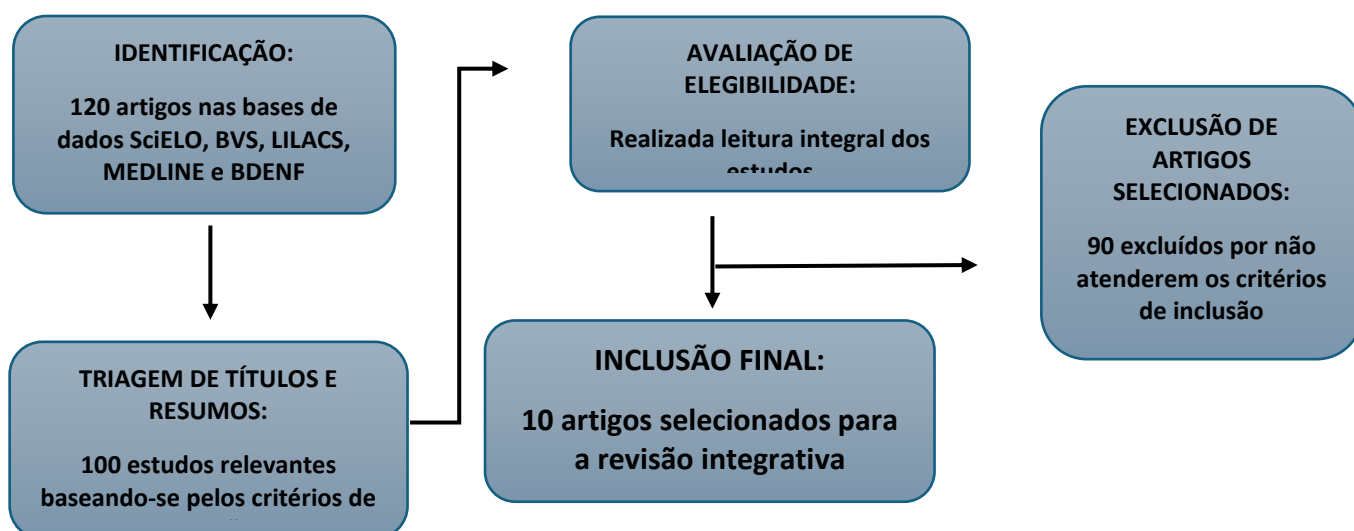
Foram definidos como critérios de exclusão: (i) artigos fora do recorte temporal estabelecido; (ii) publicações duplicadas ou indisponíveis na íntegra; e (iii) materiais que não se configurassem como artigos científicos, como teses, dissertações, monografias, manuais, entrevistas e relatos de experiência, por não atenderem ao rigor metodológico proposto para este estudo.

O processo de seleção dos estudos seguiu rigorosamente os critérios de inclusão e exclusão definidos. Inicialmente, foram identificados 120 artigos nas bases de dados selecionadas. Após a leitura de títulos e resumos, 100 publicações foram consideradas potencialmente relevantes e selecionadas para leitura completa.

Durante a leitura integral, os artigos foram avaliados quanto à pertinência ao tema, clareza metodológica e relevância dos achados para a prática de enfermagem no contexto da hemodiálise. Após essa análise detalhada, 90 estudos foram excluídos, por não atenderem integralmente aos critérios estabelecidos ou por apresentarem dados insuficientes para responder à questão norteadora.

O fluxo do processo de seleção foi organizado conforme as etapas de identificação, triagem, elegibilidade e inclusão final, assegurando transparência e reprodutibilidade do método adotado.

Figura 1 – Fluxograma de seleção de estudos para a revisão



Fonte: Autores (2026)

Os dados extraídos foram sistematizados em um quadro (Quadro 1), com o intuito de facilitar a visualização e análise dos resultados obtidos, que contemplam informações como: ano de publicação, autores, título do artigo, objetivos e principais achados.

3. RESULTADOS E DISCUSSÃO

Foram incluídos 10 estudos na presente revisão, todos compatíveis com os critérios de elegibilidade previamente estabelecidos, compondo a amostra final desta revisão integrativa da literatura. Além disso, autores de reconhecida relevância na área da saúde reprodutiva e enfermagem foram utilizados como referências complementares, com o objetivo de aprofundar a discussão teórica e ampliar a compreensão acerca da atuação do enfermeiro no planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde.

Com a finalidade de apresentar os achados de forma organizada, sistemática e didática, foram elaborados quadros explicativos contendo as principais informações extraídas dos estudos selecionados, possibilitando melhor visualização e comparação dos resultados encontrados na literatura científica.

A seguir, apresenta-se a síntese dos estudos incluídos, organizada de forma descritiva e analítica no Quadro 1, o qual tem como objetivo facilitar a compreensão das evidências disponíveis acerca da atuação do enfermeiro, dos desafios enfrentados e das estratégias de cuidado desenvolvidas no planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde.

Quadro 1- Distribuição dos estudos incluídos na revisão integrativa

AUTORES/ ANO	TÍTULO	OBJETIVO	PRINCIPAIS RESULTADOS
Almeida <i>et al.</i> , 2016	Atenção em Saúde no Planejamento Reprodutivo: atitudes e práticas de Enfermeiros.	Analisar a atenção em saúde empregada por enfermeiros no planejamento reprodutivo em equipes de Saúde da Família de Juazeiro-BA.	O estudo identificou escassez e irregularidade no fornecimento de métodos contraceptivos, comprometendo a qualidade da assistência. Também

			evidenciou instabilidade das atividades educativas, favorecendo automedicação e busca por métodos em farmácias comerciais. Concluiu-se que a qualificação da assistência pode fortalecer a autonomia da enfermagem.
Santos <i>et al.</i> , 2016	Processo de readequação de um planejamento familiar: construção de autonomia feminina em uma Unidade Básica de Saúde no Ceará.	Relatar a experiência de readequação do modelo de assistência ao planejamento familiar em uma UBS no Ceará.	A reorganização do serviço, baseada em atividades grupais e atendimentos individuais, fortaleceu o vínculo enfermeiro-paciente e tornou os atendimentos mais eficazes
Dias <i>et al.</i> , 2017	A participação masculina no planejamento familiar.	Conhecer os motivos pelos quais os homens não participam do planejamento familiar e compreender o significado dessa prática para homens em idade reprodutiva	Os achados evidenciaram distanciamento masculino dos serviços de saúde, desconhecimento acerca do planejamento familiar e feminização do cuidado. O estudo apontou ausência de estratégias que incentivem a participação masculina e reforçou a necessidade de reorganizar ações educativas e de gestão.
Mozzaquatro; Arpini, 2017	Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios.	Compreender o papel e a participação de mulheres e homens no planejamento familiar, a partir da perspectiva das mulheres.	O estudo evidenciou que a mulher ainda é considerada a principal responsável pela anticoncepção e pelos cuidados com os filhos. Entretanto, também foram observadas atitudes participativas dos companheiros no cuidado e no planejamento familiar. Destacou-se a

			importância das ações de planejamento familiar na Estratégia Saúde
Bezerra <i>et al.</i> , 2018	Planejamento reprodutivo na Estratégia Saúde da Família: estudo qualitativo sobre a dinâmica do atendimento e os desafios do programa.	Analisar a dinâmica do atendimento e os desafios do planejamento reprodutivo desenvolvido na Estratégia Saúde da Família em um município do Recôncavo Baiano	O estudo identificou ações assistenciais e educativas realizadas pelas equipes de saúde, porém sem planejamento sistematizado ou grupos formais de educação em saúde. Verificou-se insuficiência na oferta de métodos contraceptivos, baixa adesão do público jovem, dificuldades no uso de preservativos para prevenção de ISTs e limitações relacionadas ao baixo nível educacional das usuárias. O acolhimento e a atuação da enfermagem mostraram-se fundamentais para adesão ao programa.
Reis <i>et al.</i> , 2020	Planejamento Familiar: o conhecimento da mulher atendida no Sistema Único	Analisar o conhecimento das mulheres atendidas no SUS sobre planejamento familiar e saúde reprodutiva.	Os resultados mostraram conhecimento deficiente das mulheres acerca do planejamento familiar. Houve desconhecimento sobre as finalidades do programa, despreparo quanto ao uso de métodos contraceptivos e associação da esterilização cirúrgica como forma de minimizar a culpa pela gravidez não planejada.
Pedro <i>et al.</i> , 2021	Fatores relacionados ao planejamento familiar em região de	Identificar fatores que potencializam ou interferem no planejamento familiar	O estudo identificou que idade inferior a 19 anos, baixa renda, baixa escolaridade,

	fronteira.	em região de fronteira.	ausência de companheiro e multiparidade interferem negativamente no planejamento familiar. Maior escolaridade e acesso aos métodos contraceptivos favoreceram a adesão ao planejamento familiar.
Andrade <i>et al.</i> , 2022	Planejamento familiar no Sistema Único de Saúde: Uso do dispositivo intrauterino.	Analisar a inserção e retirada do DIU pelo SUS entre os anos de 2020 e 2021	Foram registradas 53.118 notificações relacionadas ao DIU, sendo 87% referentes à inserção. O estado de São Paulo apresentou maior número de inserções. Observou-se aumento da participação dos enfermeiros na inserção do método em 2021. O estudo destacou que a falta de conhecimento das usuárias ainda é um dos fatores para retirada do DIU.
Moresco; Freitas; Soweck, 2024	Barreiras e desafios na adesão aos programas de planejamento familiar em uma Área de Atenção Básica à Saúde.	Identificar as principais barreiras e dificuldades encontradas pelos enfermeiros na adesão aos programas de planejamento familiar em Unidades Básicas de Saúde do município de Ipiranga-PR.	Os resultados mostraram que os principais desafios envolvem resistência cultural e religiosa, desinformação sobre métodos contraceptivos, especialmente o DIU, baixa adesão ao uso correto dos métodos e pouca participação masculina. Observou-se maior utilização de anticoncepcionais orais e injetáveis, além do aumento da procura pelo DIU devido à capacitação dos enfermeiros. O estudo concluiu que ações educativas e consultas de demanda espontânea aumentam

			a adesão ao planejamento familiar
Silva; Martins; Strada, 2024	Papel do enfermeiro no fluxo de atendimento a mulheres no âmbito do planejamento familiar.	Levantar os desafios e dificuldades enfrentados por enfermeiros da atenção básica de um município do interior do Paraná acerca do planejamento familiar.	Os resultados demonstraram dificuldades relacionadas à baixa adesão ao planejamento familiar, especialmente entre adolescentes, além da falta de foco das equipes sobre o tema. Observou-se ausência de indicadores de qualidade, carência de capacitações profissionais e pouca procura espontânea das famílias pelo serviço. O estudo destacou a necessidade de fortalecimento das políticas públicas e ampliação das ações de promoção da saúde e educação em saúde.

Fonte: Autores (2026)

3.1 A assistência de enfermagem no planejamento reprodutivo na APS

A atuação do enfermeiro no planejamento familiar é essencial para a promoção da saúde reprodutiva e para a garantia do direito de escolha dos indivíduos e casais. Na Atenção Primária à Saúde, esse profissional é responsável por acolher, orientar e prestar assistência integral, considerando não apenas o aspecto biológico, mas também o social e cultural que envolve a decisão reprodutiva. A prática deve estar alinhada às políticas públicas e aos princípios do Sistema Único de Saúde (SUS) (Costa *et al.*, 2022). Nesse contexto, Almeida *et al.*, (2016) reforçam que a atuação da enfermagem no planejamento reprodutivo precisa estar pautada na qualidade, efetividade e equidade do cuidado, de forma a atender adequadamente as necessidades da população.

O enfermeiro contribui de forma significativa para identificar as necessidades específicas dos usuários, propondo intervenções individualizadas que favoreçam a adesão aos métodos contraceptivos escolhidos. Essa atuação envolve o acompanhamento contínuo, a avaliação da eficácia do método utilizado e a prevenção de complicações, buscando sempre respeitar as preferências e valores de cada pessoa (Santos, 2025). Corroborando essa perspectiva, Pedro *et al.*, (2021) apontam que o acesso aos métodos contraceptivos e o acompanhamento profissional adequado favorecem a adesão ao planejamento familiar, especialmente em populações socialmente vulneráveis.

A educação em saúde, conduzida pelo enfermeiro, é uma das principais estratégias para promover o uso adequado dos métodos contraceptivos e reduzir riscos de gestações não planejadas. Além disso, essa prática favorece a conscientização sobre a prevenção de infecções sexualmente transmissíveis (ISTs) e fortalece a autonomia dos usuários no cuidado com a própria saúde (Nascimento *et al.*, 2024). Santos *et al.*, (2016) também evidenciam que atividades grupais e atendimentos individualizados fortalecem o vínculo enfermeiro-paciente e tornam as ações de planejamento familiar mais eficazes, especialmente quando associadas à educação em saúde.

Segundo Chaves *et al.*, (2025), o planejamento familiar, quando bem estruturado e efetivado, contribui para impactos positivos na sociedade, incluindo a redução das taxas de gravidez precoce e o fortalecimento das condições socioeconômicas das famílias. Nesse cenário, o enfermeiro atua como elo entre o conhecimento científico e a realidade da comunidade, traduzindo informações técnicas em orientações práticas e compreensíveis. Mozzaquatro e Arpini (2017) complementam essa discussão ao destacarem que as ações desenvolvidas na Estratégia Saúde da Família são fundamentais para ampliar o diálogo sobre responsabilidade reprodutiva e fortalecer a participação do casal nas decisões relacionadas ao planejamento familiar.

As consultas de enfermagem no planejamento familiar permitem a detecção precoce de necessidades específicas, como casos de contraindicação a determinados métodos contraceptivos ou situações de vulnerabilidade social.

Nunes (2022) destaca que, ao identificar essas demandas, o enfermeiro pode encaminhar o usuário para outros serviços de saúde, garantindo a integralidade do cuidado. Além disso, Andrade *et al.*, (2022) ressaltam que a ampliação da atuação do enfermeiro na inserção do DIU representa um avanço importante na autonomia profissional e no acesso das usuárias aos métodos contraceptivos de longa duração.

Entretanto, ainda existem desafios para a efetividade das ações, como a falta de insumos, sobrecarga de trabalho, resistência cultural e desigualdade no acesso aos serviços. A atuação do enfermeiro exige, portanto, estratégias de superação desses obstáculos, por meio da articulação com outros profissionais e da busca por recursos que garantam a continuidade das ações (Costa *et al.*, 2022). Almeida *et al.*, (2016) identificaram escassez e irregularidade no fornecimento de métodos contraceptivos, comprometendo a qualidade da assistência, enquanto Bezerra *et al.*, (2018) observaram insuficiência na oferta de métodos e dificuldades relacionadas ao baixo nível educacional das usuárias.

A abordagem do enfermeiro deve contemplar não apenas a contracepção, mas também a promoção de um espaço seguro para o diálogo sobre sexualidade, gênero e direitos sexuais e reprodutivos. Anjos *et al.*, (2019) enfatizam que o acolhimento sem julgamentos e a escuta qualificada fortalecem o vínculo com os usuários, aumentando a confiança e a efetividade do cuidado. Nesse sentido, Dias *et al.*, (2017) destacam que a baixa participação masculina no planejamento familiar ainda representa um desafio, devido ao distanciamento dos homens dos serviços de saúde e à feminização do cuidado reprodutivo.

Dessa forma, a atuação do enfermeiro frente às necessidades dos usuários no planejamento familiar integra assistência técnica, educação em saúde e defesa dos direitos humanos. Ao articular conhecimento científico com práticas humanizadas, o enfermeiro promove não apenas a prevenção de gestações não planejadas, mas também a melhoria da qualidade de vida e o fortalecimento da cidadania (Santos, 2025). Moresco, Freitas e Soweck (2024) reforçam que ações educativas contínuas, associadas às consultas de demanda espontânea,

umentam a adesão ao planejamento familiar e favorecem o protagonismo dos usuários no cuidado reprodutivo.

Os estudos revisados mostram que há consenso sobre o papel central do enfermeiro como mediador do cuidado reprodutivo, mas também revelam limitações importantes na prática cotidiana. Segundo Costa *et al.*, (2022) e Chaves *et al.*, (2025), o acolhimento humanizado e a escuta ativa são estratégias fundamentais para fortalecer o vínculo entre profissional e usuário, o que favorece a adesão aos métodos contraceptivos. De modo semelhante, Santos *et al.*, (2016) demonstram que a reorganização do atendimento e a valorização das ações educativas tornam os serviços mais resolutivos e humanizados. No entanto, Almeida *et al.*, (2016) relatam que a sobrecarga de trabalho, associada à irregularidade no fornecimento de métodos contraceptivos, reduz a qualidade da assistência prestada nas unidades básicas de saúde.

Em diversos trabalhos, a educação em saúde aparece como uma das principais contribuições da enfermagem para o planejamento familiar. Nascimento *et al.*, (2024) e Azevedo (2025) destacam que atividades educativas em grupo, visitas domiciliares e o uso de linguagem acessível ampliam o alcance das ações e favorecem o protagonismo dos usuários. Essa perspectiva também é corroborada por Santos *et al.*, (2016), ao evidenciarem que processos educativos fortalecem a autonomia feminina e melhoram a efetividade do atendimento. Por outro lado, Dias *et al.*, (2017) observam que barreiras culturais e a ausência de participação masculina dificultam o diálogo sobre sexualidade e planejamento reprodutivo.

Em relação à eficácia das práticas de enfermagem, Marques *et al.*, (2023) apontam que a padronização dos atendimentos e o uso de protocolos clínicos garantem maior segurança na prescrição e acompanhamento dos métodos contraceptivos. Andrade *et al.* (2022) acrescentam que a ampliação da atuação do enfermeiro na inserção do DIU contribui para ampliar o acesso das usuárias aos métodos de longa duração. Contudo, Silva, Martins e Strada (2024) ressaltam que a ausência de capacitação permanente e a falta de indicadores de qualidade limitam a atuação dos profissionais e dificultam a consolidação das ações de planejamento familiar.

Outra contribuição importante observada nos estudos é o impacto social das ações de enfermagem no planejamento familiar. Chaves *et al.*, (2025) evidenciam que o atendimento qualificado contribui para a redução das taxas de gravidez precoce e melhora as condições socioeconômicas das famílias. Pedro *et al.*, (2021) também identificaram que maior escolaridade e acesso adequado aos métodos contraceptivos favorecem a adesão ao planejamento familiar. Esses achados reforçam o papel do enfermeiro não apenas como prestador de cuidados, mas também como agente de transformação social, capaz de promover equidade e cidadania no contexto da Atenção Primária.

Os autores também apontam limitações estruturais e organizacionais que interferem na efetividade das ações. Almeida *et al.*, (2016) e Bezerra *et al.*, (2018) destacam a falta de insumos, falhas no abastecimento de contraceptivos e insuficiência de ações sistematizadas como fatores que comprometem a continuidade do cuidado. Moresco, Freitas e Soweck (2024) complementam que a desinformação sobre métodos contraceptivos e a baixa adesão masculina continuam sendo obstáculos importantes para o sucesso das ações de planejamento familiar.

Nascimento *et al.*, (2024) e Santos *et al.*, (2025) afirmam que é fundamental que os profissionais sejam capacitados não apenas nos aspectos técnicos, mas também nos éticos e sociais do cuidado reprodutivo. Isso implica compreender o planejamento familiar como um direito e não como uma prática restrita à contracepção. Assim, o conjunto das pesquisas reforça que a efetividade das ações depende do equilíbrio entre conhecimento científico, sensibilidade cultural e compromisso com os princípios do SUS.

3.2 Desafios e limitações da atuação do enfermeiro no planejamento familiar na APS

A implementação do planejamento familiar na APS enfrenta obstáculos que vão desde limitações estruturais até barreiras culturais, afetando a efetividade das ações. Sousa *et al.*, (2021) destacam que, embora o enfermeiro tenha papel central na assistência, muitas unidades ainda carecem de recursos materiais e humanos

suficientes, o que compromete o alcance das metas previstas nas políticas públicas. Corroborando essa realidade, Almeida *et al.*, (2016) identificaram escassez e irregularidade no fornecimento de métodos contraceptivos nas Unidades de Saúde da Família, fator que compromete diretamente a qualidade da assistência e a continuidade do cuidado.

A educação em saúde é uma das ferramentas mais relevantes para promover o uso correto e consciente dos métodos contraceptivos, mas também uma das áreas que mais apresenta desafios. Marques *et al.*, (2023) apontam que, muitas vezes, a resistência dos usuários em participar de ações educativas e a baixa adesão às orientações dificultam a continuidade das práticas preventivas, exigindo estratégias inovadoras de abordagem. Santos *et al.*, (2016) reforçam essa discussão ao evidenciarem que a reorganização das atividades educativas em grupo fortaleceu o vínculo enfermeiro-paciente e tornou os atendimentos mais eficazes, demonstrando o potencial transformador da educação em saúde quando realizada de forma participativa.

Lopes *et al.*, (2023) ressaltam que a falta de capacitação contínua dos enfermeiros em temas relacionados à contracepção e saúde reprodutiva pode gerar insegurança no atendimento. A ausência de treinamentos atualizados, aliada à alta demanda de pacientes, limita a capacidade do profissional de oferecer um aconselhamento completo e individualizado. Nesse contexto, Silva, Martins e Strada (2024) também observaram carência de capacitações profissionais e ausência de indicadores de qualidade relacionados ao planejamento familiar, evidenciando fragilidades na qualificação permanente das equipes da Atenção Primária.

Silva *et al.*, (2022) evidenciam que, em alguns contextos, há lacunas no conhecimento técnico sobre métodos contraceptivos, especialmente os de longa duração, o que pode comprometer a indicação e o acompanhamento adequados. Isso se agrava em áreas rurais ou mais afastadas, onde o acesso à informação e aos insumos é restrito. Andrade *et al.*, (2022) complementam essa análise ao demonstrarem que a falta de conhecimento das usuárias sobre o DIU ainda representa um dos principais fatores relacionados à retirada precoce do método,

reforçando a necessidade de orientação qualificada por parte dos profissionais de enfermagem.

Além das barreiras técnicas, existem desafios relacionados às práticas educativas no âmbito da ESF. Santos *et al.*, (2025) destacam que a sobrecarga de trabalho e a falta de tempo para realizar atividades de grupo dificultam o desenvolvimento de ações de educação em saúde consistentes e participativas. De forma semelhante, Bezerra *et al.*, (2018) identificaram que, apesar da existência de ações educativas e assistenciais nas unidades, essas atividades frequentemente ocorrem sem planejamento sistematizado, o que limita sua efetividade.

Brito *et al.*, (2024) acrescentam que, em alguns casos, a gestão da ESF enfrenta problemas organizacionais que afetam a implementação do planejamento familiar, como falhas no abastecimento de contraceptivos, ausência de protocolos padronizados e rotatividade de profissionais, comprometendo a continuidade do cuidado. Esses achados convergem com Almeida *et al.*, (2016), que também destacaram que a irregularidade na oferta de métodos contraceptivos favorece a automedicação e a busca por métodos em farmácias comerciais.

O atendimento ao público adolescente representa um desafio particular, uma vez que exige uma abordagem sensível e adaptada às necessidades dessa faixa etária. Bernardo *et al.*, (2025) enfatizam que a falta de diálogo aberto sobre sexualidade e contracepção, tanto no ambiente familiar quanto escolar, aumenta a vulnerabilidade dos adolescentes a gestações não planejadas e infecções sexualmente transmissíveis. Pedro *et al.*, (2021) acrescentam que baixa escolaridade e condições socioeconômicas desfavoráveis estão diretamente relacionadas à menor adesão ao planejamento familiar, tornando os adolescentes ainda mais vulneráveis.

Os enfermeiros também enfrentam barreiras culturais e religiosas que influenciam a aceitação dos métodos contraceptivos. Segundo Sousa *et al.*, (2021), crenças e tabus podem levar à recusa de determinados métodos, mesmo quando são mais indicados clinicamente, exigindo do profissional habilidade para respeitar valores individuais sem comprometer a orientação técnica. Dias *et al.*, (2017) reforçam essa discussão ao evidenciarem que a feminização do cuidado e a baixa

participação masculina ainda representam importantes entraves para o fortalecimento das ações de planejamento familiar.

Diante desses desafios, torna-se imprescindível investir na qualificação contínua dos profissionais, no fortalecimento da infraestrutura das unidades e na criação de estratégias participativas de educação em saúde. Como defendem Lopes *et al.*, (2023), a superação das barreiras depende de uma abordagem integrada, que envolva não apenas o enfermeiro, mas toda a equipe multiprofissional e a comunidade. Moresco, Freitas e Soweck (2024) também destacam que ações educativas contínuas e consultas de demanda espontânea aumentam a adesão ao planejamento familiar e favorecem o uso adequado dos métodos contraceptivos.

Sousa *et al.*, (2021) e Brito *et al.*, (2024) convergem ao apontar que a falta de recursos humanos, insumos e infraestrutura adequada compromete o desempenho das ações de saúde reprodutiva. Em muitas unidades básicas, o número reduzido de profissionais obriga os enfermeiros a acumularem múltiplas funções, o que dificulta a realização de atividades educativas e o acompanhamento individualizado dos usuários. Essa realidade mostra que, mesmo com políticas públicas consolidadas, a execução depende fortemente das condições institucionais locais. Almeida *et al.*, (2016) corroboram essa perspectiva ao evidenciarem que a escassez de métodos contraceptivos compromete a qualidade e a efetividade das ações de planejamento reprodutivo.

Sobre a necessidade de capacitação permanente, Lopes *et al.*, (2023) e Silva *et al.*, (2022) ressaltam que a atualização técnica e científica é essencial para que o enfermeiro atue com segurança na prescrição e orientação dos métodos contraceptivos. Entretanto, os programas de educação continuada ainda são irregulares e, em muitos municípios, inexistentes. A ausência de cursos de formação e a alta demanda de atendimentos geram insegurança profissional, especialmente em situações que exigem conhecimentos mais específicos, como o uso de dispositivos intrauterinos ou métodos de longa duração. Andrade *et al.*, (2022) reforçam essa necessidade ao apontarem o crescimento da atuação dos

enfermeiros na inserção do DIU, evidenciando a importância da capacitação para ampliar o acesso aos métodos de longa duração.

França *et al.*, (2023) reconhecem que a legislação brasileira garante ao enfermeiro a possibilidade de prescrever métodos contraceptivos, mas Nunes (2022) observa que, na prática, essa autonomia ainda é limitada por barreiras institucionais e pela resistência de alguns gestores. Essa contradição revela que, mesmo com respaldo legal, a autonomia profissional depende de reconhecimento e valorização dentro das equipes multiprofissionais, o que reforça a importância de fortalecer a cultura da interdisciplinaridade na Atenção Primária.

Os desafios culturais e religiosos também ocupam lugar de destaque. Sousa *et al.*, (2021) e Santos *et al.*, (2025) mostram que crenças pessoais e tabus sociais dificultam a adesão a métodos contraceptivos, principalmente em comunidades mais conservadoras. Mozzaquatro e Arpini (2017) acrescentam que a mulher ainda é frequentemente responsabilizada pela anticoncepção e pelo cuidado reprodutivo, o que reforça desigualdades de gênero e dificulta a participação masculina nas decisões relacionadas ao planejamento familiar.

Ainda, a assistência ao público adolescente representa um desafio recorrente e de grande impacto. Bernardo *et al.*, (2025) destacam que a ausência de espaços de diálogo sobre sexualidade e contracepção tanto nas escolas quanto nas famílias torna os jovens mais vulneráveis a gestações não planejadas. Nascimento *et al.*, (2024) acrescentam que, quando o enfermeiro adota uma linguagem acessível e livre de julgamentos, há maior abertura para discutir o tema e fortalecer a autonomia juvenil.

No entanto, Silva, Martins e Strada (2024) ressaltam que muitos profissionais ainda se sentem despreparados para lidar com as especificidades dessa faixa etária, reforçando a necessidade de formação voltada à abordagem de adolescentes na APS.

As pesquisas também apontam limitações na articulação entre os serviços e a gestão pública. Brito *et al.*, (2024) e Costa *et al.*, (2022) relatam que a rotatividade de profissionais e a falta de padronização de protocolos prejudicam a continuidade do cuidado. Isso se reflete em falhas no abastecimento de contraceptivos e na

ausência de registros sistematizados sobre o uso dos métodos. Para superar essas lacunas, os autores defendem a criação de protocolos locais integrados, com metas definidas e acompanhamento constante da execução das políticas de planejamento familiar. Bezerra *et al.*, (2018) também ressaltam a necessidade de organização sistemática das ações educativas e assistenciais para fortalecer a efetividade do programa.

Santos *et al.*, (2025) e Chaves *et al.*, (2025) destacam que o planejamento familiar deve ser compreendido como parte do cuidado integral à saúde, e não apenas como controle de natalidade. Superar os obstáculos requer investimentos em infraestrutura, valorização profissional e fortalecimento das práticas educativas como forma de empoderar os usuários. Assim, o compromisso ético, a formação crítica e o trabalho intersetorial se mostram elementos indispensáveis para a consolidação de um planejamento familiar acessível, equitativo e humanizado.

4 CONSIDERAÇÕES FINAIS

O presente estudo permitiu identificar que a atuação do enfermeiro no planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde exerce papel fundamental na promoção da saúde sexual e reprodutiva, contribuindo para a prevenção de gestações não planejadas, fortalecimento da autonomia dos usuários e ampliação do acesso às informações e aos métodos contraceptivos. As evidências analisadas demonstraram que o enfermeiro atua de forma abrangente, por meio de consultas, ações educativas, acolhimento, escuta qualificada e acompanhamento contínuo dos indivíduos e famílias.

Observou-se que as práticas educativas desenvolvidas pela enfermagem representam importante estratégia para promoção do autocuidado, prevenção de infecções sexualmente transmissíveis e fortalecimento dos direitos sexuais e reprodutivos. Além disso, a atuação humanizada e baseada no vínculo com a comunidade favorece maior adesão ao planejamento familiar e contribui para a integralidade da assistência no âmbito da APS.

Entretanto, os estudos evidenciaram diversos desafios que comprometem a efetividade das ações, como insuficiência de recursos materiais,

irregularidade na oferta de métodos contraceptivos, sobrecarga de trabalho, baixa participação masculina, barreiras culturais e religiosas, além da carência de capacitação permanente dos profissionais. Também foram identificadas fragilidades relacionadas à organização dos serviços e à ausência de estratégias sistematizadas de educação em saúde.

Dessa forma, torna-se necessário fortalecer as políticas públicas voltadas ao planejamento familiar, ampliar investimentos em infraestrutura e qualificação profissional, além de incentivar ações educativas contínuas e participativas. O fortalecimento da atuação multiprofissional e da educação em saúde mostra-se essencial para garantir assistência integral, humanizada e equitativa à população.

Conclui-se que o enfermeiro é um agente indispensável na consolidação das ações de planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde, desempenhando papel estratégico na promoção da saúde, prevenção de agravos e garantia dos direitos reprodutivos. Assim, a valorização da enfermagem e o aprimoramento das práticas assistenciais e educativas são fundamentais para a efetividade das ações de planejamento familiar e para a melhoria da qualidade de vida da população.

REFERÊNCIAS

ALBUQUERQUE, Conceição Pereira Silva de. **Educação em saúde: possibilidades e desafios na atuação dos enfermeiros no pré-natal de gestantes adolescentes**. 2024. Dissertação de Mestrado.

ALMEIDA, Maryla Pinto et al. Atenção em saúde no planejamento reprodutivo: atitudes e práticas de enfermeiros. **Rev. enferm. UFSM**, p. 270-280, 2016.

ANDRADE, Mirene Santos et al. Planejamento familiar no Sistema Único de Saúde: uso do dispositivo intrauterino. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 3, p. e38211326386-e38211326386, 2022.

ANJOS, Ana Claudia dos et al. O enfermeiro no planejamento familiar. **Revista Remecs-Revista Multidisciplinar de Estudos Científicos em Saúde**, p. 25-25, 2019.

AZEVEDO, Danielle Santos. **Planejamento familiar na atenção primária à saúde: uma revisão narrativa da literatura**. 2025.

BERNARDO, Amanda Dias Batista et al. Assistência de enfermagem no planejamento familiar e o impacto na saúde sexual de adolescentes. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, p. 434-444, 2025.

BEZERRA, Ediana de Jesus et al. Planejamento reprodutivo na estratégia saúde da família: estudo qualitativo sobre a dinâmica do atendimento e os desafios do programa. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 22, n. 2, 2018.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil de 1988**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 5 out. 1988.

BRASIL. Lei nº 7.498, de 25 de junho de 1986. **Dispõe sobre a regulamentação do exercício da enfermagem e dá outras providências**. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 26 jun. 1986.

BRASIL. **Lei nº 9.263, de 12 de janeiro de 1996**. Dispõe sobre o planejamento familiar. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 15 jan. 1996.

BRASIL. **Ministério da Saúde**. Política Nacional de Atenção Básica. Brasília: Ministério da Saúde, 2017. (Série E. Legislação em Saúde).

BRASIL. Ministério da Saúde. **Política Nacional de Atenção Integral à Saúde da Mulher: princípios e diretrizes**. Brasília, DF: Ministério da Saúde, 2004.

BRITO, Patricia et al. DESAFIOS VIVENCIADOS PELO ENFERMEIRO NA GESTÃO DA ESTRATÉGIA DA FAMÍLIA: REVISÃO INTEGRATIVA. **Revista Contemporânea**, v. 4, n. 11, p. e6477-e6477, 2024.

CHAVES, Paulo Henrique Machado et al. Planejamento familiar e os impactos na sociedade: papel do enfermeiro. **Revista Multidisciplinar do Nordeste Mineiro**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2025.

CHAVES, Paulo Henrique Machado et al. Planejamento familiar e os impactos na sociedade: papel do enfermeiro. **REMUNOM**, v. 1, n. 1, p. 1-12, 2025.

CONCEIÇÃO, Hevelyn Rosa Machert da. **As mulheres nas políticas públicas de saúde dos anos 2000: tecnologias de produção do sexo e do gênero no imbricamento entre Estado e movimentos sociais**. 2021. Tese de Doutorado. Universidade de São Paulo.

COSTA, Iv Zulaiê Araújo; CASTRO, Iara Silva Alves; PAZ, Francisco Adalberto Nascimento. Atuação do enfermeiro no planejamento familiar na atenção básica. **Research, Society and Development**, v. 11, n. 16, p. e226111637825-e226111637825, 2022.

DIAS, Marcília Gonçalves et al. A participação masculina no planejamento familiar. **HU Revista [Internet]**, p. 349-354, 2017.

DORSA, Arlinda Cantero. O papel da revisão da literatura na escrita de artigos científicos. **Interações (Campo Grande)**, v. 21, p. 681-683, 2020.

FERREIRA, Gilberto Pinto; RODRIGUES, Meire da S. P. Percepções sobre a efetividade do planejamento familiar na atenção básica: a visão dos profissionais de saúde. **Humanidades & Inovação**, v. 8, n. 61, p. 430-440, 2021.

FRANÇA, Luana Larissa Costa et al. Prescrição de medicamentos por enfermeiros na atenção à saúde da mulher: relato de experiência. **Rev Enferm Digit Cuid. Promoção Saúde**, v. 8, p. 01-08, 2023.

LIMA, Andressa Moraes de et al. **Atribuições dos enfermeiros frente ao planejamento familiar nas unidades básicas de saúde no Brasil: revisão integrativa.** 2020.

LOPES, Alexsânia Letícia Santana et al. Desafios do enfermeiro no planejamento reprodutivo: revisão integrativa da literatura. **Revista Contemporânea**, v. 3, n. 3, p. 1757-1774, 2023.

LOURENÇO, Elaine Moraes da Silva et al. **O corpo da mulher e o DIU: planejamento familiar, feminismo e revolução à luz da análise de discurso.** 2022.

MARQUES, Juliana Beatriz et al. Desafios na educação em saúde em contracepção enfrentados pelos enfermeiros da Atenção Básica. 2023.

MORESCO, Damiane Larissa; FREITAS, Sabrine Aparecida; SOWEK, Luciene Regina. Barreiras e desafios na adesão aos programas de planejamento familiar em uma área de atenção básica à saúde (enfermagem). **Repositório Institucional**, v. 3, n. 2, 2025.

MOZZAQUATRO, Caroline de Oliveira; ARPINI, Dorian Mônica. Planejamento familiar e papéis parentais: o tradicional, a mudança e os novos desafios. **Psicologia: Ciência e Profissão**, v. 37, n. 04, p. 923-938, 2017.

NARVAES, João Victor Rodrigues et al. Uma revisão integrativa a respeito de métodos contraceptivos. **Arquivos de Ciências da Saúde da UNIPAR**, v. 28, n. 1, p. 412-434, 2024.

NASCIMENTO, Liliane Oliveira da Silva; SILVA, Neila Marques da; GUERREIRO, Thayanne Sá Bezerra. O PAPEL DO ENFERMEIRO EM EDUCAÇÃO EM SAÚDE NO PLANEJAMENTO FAMILIAR. **REVISTA FOCO**, v. 17, n. 5, p. e5220-e5220, 2024.

NUNES, Maria Eduarda Almeida. **Saúde reprodutiva: considerações sobre o planejamento familiar na garantia dos direitos à saúde da mulher.** 2022. Trabalho de Conclusão de Curso. Universidade Federal do Rio Grande do Norte.

PEDRO, Camilla Barbosa et al. Fatores relacionados ao planejamento familiar em região de fronteira. **Escola Anna Nery**, v. 25, n. 3, p. e20200180, 2021.

PINHEIRO, Elis Regina Silva et al. **Barreiras e facilitadores para acesso a métodos contraceptivos femininos na atenção primária à saúde no brasil- revisão sistemática.** 2024.

REIS, Angélica Cancio et al. Planejamento Familiar: o conhecimento da mulher atendida no Sistema Único de Saúde sobre a saúde reprodutiva. **Research, Society and Development**, v. 9, n. 8, p. e393985459-e393985459, 2020.

SANCHES, Mário Antônio; SILVA, Daiane Priscila. Planejamento familiar: do que estamos falando?. **Revista Bioética**, v. 24, p. 73-82, 2016.

SANTOS VIEIRA, Maria Elayne et al. O papel da enfermagem no planejamento familiar: promoção da saúde e prevenção de riscos reprodutivos. **Aurum Editora**, p. 54-64, 2025.

SANTOS, Gabriela Romão de Almeida Carvalho et al. Desafios enfrentados pelo enfermeiro na implementação de práticas educativas na Estratégia Saúde da Família. **Revista Eletrônica Acervo Científico**, v. 25, p. e19042-e19042, 2025.

SANTOS, Kellen Karollayne Nunes. A atuação do enfermeiro no planejamento familiar e educação sexual: desafios, práticas e impactos na promoção da saúde. **Revista Ibero-Americana de Humanidades, Ciências e Educação**, v. 11, n. 6, p. 4896-4906, 2025.

SANTOS, Rayanne Branco dos et al. Processo de readequação de um planejamento familiar: construção de autonomia feminina em uma Unidade Básica de Saúde no Ceará. **RECIIS (Online)**, p. 1-10, 2016.

SILVA, Carla Cristina; MARTINS, Wesley; STRADA, Cinthya de Fátima Oliveira. Papel do enfermeiro no fluxo de atendimento a mulheres no âmbito do planejamento familiar. **Revista JRG de Estudos Acadêmicos**, v. 7, n. 15, p. e151330-e151330, 2024.

SILVA, Monique Pereira da et al. **Planejamento familiar**: conhecimento e aplicabilidade por enfermeiros na atenção primária à saúde. 2022.

SOUSA, Francisco Lucas Leandro de et al. Assistência de enfermagem frente ao planejamento familiar na Atenção Primária à Saúde. **Research, Society and Development**, v. 10, n. 1, p. e45710110506-e45710110506, 2021.